



Representações sociais do trabalho para trabalhadores informais

Social representations of labor for informal workers


Vinicius Silva de Valentim

 <https://orcid.org/0000-0003-2385-5856>
Universidade do Extremo Sul Catarinense
v.valentim@unesc.net


Amanda Castro

 <https://orcid.org/0000-0002-8666-4494>
Universidade do Extremo Sul Catarinense
amanda.castro@unesc.net

Camila Maffioletti Cavaler

 <https://orcid.org/0000-0003-2417-8017>
Universidade Federal de Santa Catarina
camila.cavaler@posgrad.ufsc.br

Willians Cassiano Longen

 <http://orcid.org/0000-0001-8336-2311>
Universidade do Extremo Sul Catarinense
wcl@unesc.net

Recibido: 07-07-2021
Aceptado: 28-04-2021



Resumo

Objetivou-se identificar as representações sociais do trabalho para trabalhadores informais. Participaram do estudo 20 trabalhadores do Sul de Santa Catarina, Brasil, todos maiores de 18 anos e que exercessem o trabalho informal a pelo menos um ano. Para a coleta de dados, fez-se uso de entrevista semiestruturada. Os resultados foram examinados pela Análise de Conteúdo, compondo 5 temas, que abrangeram 17 elementos temáticos: "dificuldades do trabalho informal", "trabalho como um meio para um fim", "condições de trabalho", "desvalorização do trabalhador" e "motivos para o exercício do trabalho informal". Parte dos trabalhadores apontam vantagens do trabalho informal, mas a maioria relata dificuldades como ausência de direitos trabalhistas, dificuldades financeiras e desvalorização social. O conteúdo é marcado pela flexibilidade do trabalho informal, pela insegurança financeira e romantização do trabalho excessivo.

Palavras-chave: direitos trabalhistas, neoliberalismo, trabalho informal, informalidade, precarização.

Abstract

The objective was to identify the social representations of work for informal workers. Twenty workers from the south of Santa Catarina, Brazil participated in the study, all over 18 years old and who had been working informally for at least one year. For data collection, semi-structured interviews were used. Results emanate from Content Analysis, comprising 5 categories, covering 17 thematic elements, being the categories: "work as a means to an end"; "difficulties of informal work", "work as a means to an end", "working conditions", "devaluation of the worker" and "reasons for the exercise of informal work". Part of the workers point out advantages of informal work, but the majority report difficulties such as the absence of labor rights, financial difficulties and social devaluation. The content is marked by the flexibility of informal work, financial insecurity and the romanticization of excessive work.

Keywords: labor rights, neoliberalism, informal work, informality, precariousness.

Resumo

1. Introdução | 2. Método | 2.1. Caracterização dos participantes | 3. Resultados | 4. Discussão | Conclusão | Referências bibliográficas

Como citar este artigo

Silva de Valentim, V., Maffioletti Cavaler, C., Castro, A. y Cassiano Longen, W. (2021): "Representações sociais do trabalho para trabalhadores informais", *methaodos. revista de ciencias sociales*, 9 (2): 244-257. <http://dx.doi.org/10.17502/mrcs.v9i2.469>

1. Introdução

O termo “setor informal” foi usado pela primeira vez pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos relatórios sobre Gana e Quênia, em 1972. Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), o setor informal é composto por atividades geradoras de renda exercidas fora do âmbito normativo de trabalho, em mercados desregulamentados e competitivos. São modos de produção de utilizam pouco capital e técnicas rudimentares que resultam em pouca estabilidade e baixa renda (Jakobsen, 2001).

O fenômeno da informalidade não surge como um universo paralelo ao trabalho formal. Na verdade, nasce da dinâmica estrutural capitalista que na busca da redução de custos se modernizou tecnologicamente e propôs uma política de terceirizações que empurrou uma massa de trabalhadores para a informalidade (Bendassolli e Coelho-Lima, 2015). Esses trabalhadores são para o capital uma massa inesgotável de força de trabalho, que pode ser acessada sempre que empresas necessitarem rapidamente aumentar o número de empregados (Singer, 2001). A taxa de informalidade varia quando considerada as condições socioeconômicas dos países. Enquanto nas economias mais ricas o percentual é de 18,3%, nos países em desenvolvimento o índice pode chegar em 79% do total de vagas do mercado de trabalho (OIT, 2018).

Estar no mercado informal não é uma escolha individual, mas um reflexo da escassez de oportunidades na economia formal (OIT, 2018). De acordo com Leão e Vasconcellos (2015), não obstante a frequente remuneração abaixo do mínimo legal, esses trabalhadores encontram-se privados de segurança social, sendo menos incentivados à sindicalização e menos cobertos pelas medidas de proteção à saúde. Sem o registro na carteira de trabalho, indicativo da formalização do vínculo empregatício, não há garantia de compensação financeira em casos de doenças ocupacionais ou acidentes de trabalho; ademais, são maiores os obstáculos para o reconhecimento e enfrentamento das situações de negligência e abuso por parte dos empregadores, tendo em vista que o trabalhador está à margem da regulação oferecida pelo Estado.

Na pesquisa de revisão integrativa realizada por Bernardino e Andrade (2015), dos 17 artigos considerados, 14 apresentaram a correlação entre trabalho informal e precarização da saúde. Segundo os autores, dores nas pernas, braços, ombros, coluna, joelhos e tendinites são os principais sintomas declarados pelos trabalhadores informais. Do total, 6 artigos indicaram o estresse, ansiedade, insônia, alcoolismo, perda da autoestima, insegurança e desamparo dentre os sintomas relativos à saúde mental.

De acordo com o estudo de Filipak *et al.* (2020), que contou com um grupo de 8 catadores de materiais recicláveis, apesar dos participantes elencarem um conjunto de riscos inerentes à ocupação, como a sobrecarga física, contaminações e lesões, as narrativas se direcionaram para a minimização e naturalização dos riscos e consequências laborais. Outro dado interessante é a relação desses trabalhadores com os serviços de saúde, na qual o acesso à Unidade Básica de Saúde é comumente postergado a fim de não interromper as horas de serviço e seus rendimentos. A pesquisa de Iriart *et al.* (2008) observou que informalidade privilegia o retorno precoce ao campo de trabalho mesmo sem a recuperação da saúde, além de que os trabalhadores informais tendem a banalizar ou diminuir os riscos de acidente ou adoecimento, suscitando algumas vezes em um sentimento de impotência frente a ausência de medidas de proteção efetivas.

Mesmo com as adversidades vivenciadas no trabalho informal e nas estratégias de manutenção da sobrevivência, as pesquisas (Torres *et al.*, 2018; Filipak *et al.*, 2020) têm apontado uma valorização significativa pelos trabalhadores das possibilidades de autonomia, flexibilização dos horários e aumento do poder de compra. Estar trabalhando produz sentido à vida, e é percebido como função que enobrece o homem (Filipak *et al.*, 2020). Diante do cenário apresentado, percebe-se a importância de analisar os sentidos da informalidade para, a partir deles, reconhecer as representações sociais sobre o trabalho informal.

Toda e qualquer interação humana provém de representações sociais (Moscovici, 2003). As conversações ou discursos elaborados pelos indivíduos produzem demasiada estabilidade de significância entre os membros de um grupo, um processo que ocorre por intermédio da convencionalização de imagens e ideias de acordo com o que é socialmente aceito enquanto realidade. Isto é, convencionalizar consiste em separar os elementos significantes dos não significantes para a leitura da realidade social e seus eventos. Pode-se entender que o pensamento de senso comum consolida um grupo socialmente ao mesmo tempo em que o autoriza a uma série de ambivalências e discordâncias (Moscovici, 2003). Em síntese, a Teoria das

Representações Sociais se debruça sobre o estudo científico e criterioso do senso comum (Wachelke e Camargo, 2007).

Os processos que estruturam ou geram uma representação social são a ancoragem e a objetificação. A ancoragem possibilita que um elemento desconhecido seja incorporado ao sistema cognitivo dos indivíduos e associado a outros elementos previamente conhecidos, por meio da comparação e segmentação com uma categoria estável. A objetificação, por sua vez, ocorre com a passagem do tempo, quando ideias novas ou estranhas aos indivíduos tornam-se aceitáveis e costumeiras a partir de imagens e metáforas elaboradas e difundidas pelos grupos sobre a realidade (Vala, 2013).

As experiências de um grupo ou indivíduo, por consequência, influenciarão nas representações sociais destes. Moscovici (2003) demonstra que as representações sociais compõem uma atmosfera e que são específicas de uma sociedade. Deste modo, a finalidade de toda representação é familiarizar aquilo que anteriormente não estava familiarizado. Nas palavras do próprio autor (Moscovici, 2003: 56), o não familiar pode ser entendido como uma “exatidão relativa”, que se refere ao processo que busca tornar explícitos os pressupostos implícitos de uma representação social. Nesse sentido, memória, passado, resposta e imagem prevalecem em relação à dedução, presente, estímulo e realidade.

Pesquisar as representações sociais sobre trabalho informal implica na concepção de que estas representações afetam a relação que os indivíduos ou grupos estabelecem com a vida profissional e o ambiente de trabalho. Portanto, a pesquisa perpassa pela hipótese de que o conteúdo comunicado e latente nas narrativas do grupo social de trabalhadores informais remeterá ao capitalismo, modos de trabalho e ao sedutor agenciamento neoliberal: o microempreendedor individual. Diante do cenário apresentado, o objetivo do presente estudo consiste em descrever e analisar os sentidos atribuídos à informalidade para, a partir deles, reconhecer as representações sociais sobre o trabalho informal.

2. Método

Trata-se de um estudo empírico e do tipo exploratório descritivo, de abordagem qualitativa e ancorado nos preceitos teóricos da Teoria das Representações Sociais e nas reflexões sobre trabalho. Na pesquisa exploratória descritiva, o objetivo é proporcionar maior familiaridade com a questão norteadora por meio de investigações que consistem no delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos (Gerhardt e Silveira, 2009).

A amostra da pesquisa é composta por 20 trabalhadores informais da região Sul de Santa Catarina. Os critérios de inclusão definidos foram idade superior a 18 anos e exercício de atividade informal há pelo menos um ano, a fim de que as representações sociais viessem munidas de experiências, facilitando a identificação do processo de ancoragem. Os participantes foram contatados em seus locais de trabalho, selecionados aleatória e voluntariamente conforme os critérios de inclusão e em concordância com as normas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS 466/2012), que norteiam as pesquisas envolvendo seres humanos.

O contato inicial foi estabelecido presencialmente e em vias públicas. Após apresentação dos objetivos, benefícios, riscos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi solicitado aos participantes que escolhessem um local para a realização das entrevistas, desde que fosse afastado, livre de ruídos e interrupções, para garantir a qualidade e sigilo da pesquisa. Todos os participantes optaram pelo próprio ambiente de trabalho como local para as entrevistas e a duração média foi de 45 minutos.

A coleta dos dados ocorreu por meio da utilização de entrevista semiestruturada com técnicas clássicas de entrevista episódica e não-diretiva (Flick, 2004). A entrevista semiestruturada se deu a partir de temas norteadores identificados em revisão de literatura (Bendassolli e Colho-Lima, 2015), como os sentidos e significados do trabalho informal e o que a sociedade pensa sobre a informalidade e seus trabalhadores. De acordo com Flick (2004), a entrevista episódica parte do pressuposto de que as experiências podem ser enunciadas por meio do conhecimento narrativo-semântico, em que as experiências correspondem a situações específicas e circunstanciais que estabelecem uma relação entre si. As perguntas ou técnicas episódicas tendem a apresentar as narrativas com base nas experiências concretas e seus contextos gerativos, e têm por finalidade acessar o modo de pensar e as dinâmicas próprias dos participantes. Foram utilizados os seguintes elementos nas entrevistas, de modo propositalmente repetitivo: a) quando você olha

para o passado, lembra qual foi sua primeira experiência de trabalho informal?; b) qual foi a sua experiência mais marcante relacionada ao trabalho informal?; c) se você pensar no mundo de hoje, qual o papel do trabalho informal? Poderia, por favor, me dizer uma situação que seja exemplo disso; e d) em um futuro próximo, como você acha que estará o trabalho informal. Por fim, foram utilizados gravadores digitais para gravação das respostas e posterior transcrição dos áudios.

O procedimento adotado para tratamento dos dados foi a análise de conteúdo temático-categorial, a fim de oferecer uma leitura generalizável e exploratória do material, organizando-o por temas de acordo com os elementos de significação identificados (Bardin, 2016).

2.1. Caracterização dos participantes

Considerando o período da coleta de dados, do total de 20 trabalhadores informais, 11 identificaram-se como homens e 9 como mulheres, 02 eram negros, 13 coabitavam com cônjuge e filhos, 05 moravam com os pais e 02 participantes coabitavam apenas com um cônjuge. A faixa etária média foi de 37,95 anos (DP = 17,05), sendo a idade mínima 19 e a máxima 55.

A renda dos trabalhadores informais entrevistados apresentou o valor médio de 2.084,00 (DP = 946,5). Em relação à escolaridade, 05 participantes cursaram até o ensino fundamental, 10 cursaram até o ensino médio e 05 até o ensino superior. A variável "profissão" apresentou as principais atividades e ações realizadas pelos trabalhadores informais, sendo organizada de acordo com o nível de escolaridade, conforme a Tabela 1. Em relação ao estado civil, 08 pessoas estavam casadas, 06 solteiras, 03 divorciadas e 03 viúvas.

Tabela 1. Ocupação por nível de escolaridade

Ocupação	Nível de Escolaridade			Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Comerciante (proprietária)	0	0	1	1
Manicure	0	1	1	2
Atendente	0	1	0	1
Diarista	0	1	1	2
Uber e DJ	0	0	1	1
Vendedor ambulante	3	1	0	4
Artesão	0	3	0	3
Cozinheiro (a)	1	0	0	1
Designer de estampas	0	0	1	1
Pedreiro	1	0	0	1
Autônomo	0	3	0	3
Total	5	10	5	20

Fonte: Elaboração própria.

3. Resultados

Os dados gerados pelos 20 participantes foram agrupados em 5 temas, abrangendo 17 elementos temáticos que são formados por segmentos de texto e ocorrências correspondentes ao conteúdo geral da fala. A Tabela 2 apresenta estes itens, todos acompanhados de suas respectivas ocorrências ao final de cada título.

Tabela 2. Itens: temas e elementos temáticos

Temas	Elementos temáticos
Dificuldades do trabalho informal (6,17%)	– Ambivalência afetiva (9) – Insegurança econômica (17)
Trabalho como um meio para um fim (19%)	– Meta financeira (12) – Manutenção da saúde mental (32) – Valoração pessoal (40)

Continuação Tabela 2

Condições de trabalho (20,19%)	<ul style="list-style-type: none">- Quebra de contrato verbal (7)- Riscos à integridade física (13)- Condição de clandestinidade (26)- Percepção de ausência de direitos (39)
Desvalorização do trabalhador (21,61%)	<ul style="list-style-type: none">- Estigma e estereótipo (26)- Alienação (65)- Trabalho intergeracional (4)- Afinidade laboral (20)
Motivos para o exercício do trabalho informal (33,01%)	<ul style="list-style-type: none">- Mulheres na informalidade (23)- Desemprego estrutural (29)- Flexibilidade (30)- Meio de sobrevivência financeira (40)

Fonte: Elaboração própria.

Dificuldades do trabalho informal

O primeiro tema abarcou 2 elementos temáticos (insegurança econômica; ambivalência afetiva) e correspondeu a 6,17% dos recortes textuais considerados na exploração do material. As dificuldades associadas ao trabalho informal relacionaram-se às variáveis autoatribuídas ou atribuídas a condições percebidas como inerentes à informalidade. O estado de insegurança financeira refere-se à percepção de que a insegurança está vinculada à oscilação da renda e inexistência de salário fixo garantido contratualmente, como ilustra o trecho de fala a seguir:

então... é difícil, é difícil. É difícil assim tu fazer um plano, tu botar um plano assim, alguma meta pra tua vida. Porque é uma coisa que tu depende muito do povo" (participante 16, mulher, 23 anos, manicure).

Neste sentido, o elemento temático diz respeito à dificuldade de pagar aluguel, à preocupação com a sobrevivência familiar e, simultaneamente, denúncia processos de marginalização social mais acentuados e associados à dificuldade de engajar um público consumidor, acesso à moradia e manutenção das necessidades básicas. Portanto, faz menção à dificuldade de atingir objetivos ou expectativas na economia informal propriamente dita ou em função da ocupação de trabalho, visto que a mobilização de esforços e longas jornadas de trabalho não garantem a ascensão financeira.

Trabalho como um meio para um fim

O segundo tema é equivalente a 19% dos recortes textuais e é composto por 3 elementos temáticos (valorização pessoal; realização financeira; manutenção da saúde mental). Comunica perspectivas em torno de um conceito generalista de trabalho e suas conquistas ao mesmo tempo que reporta a estratégias de manutenção de diferentes níveis de sociabilidade que só se fizeram possíveis por meio vínculos empregatícios encontrados na informalidade, conforme ilustrado pelo seguinte trecho:

Que que trabalho significa pra mim? Ah, eu vou te dizer que é a minha razão de viver hoje, na realidade sempre foi. Através de uma depressão, eu vi que o trabalho é a minha razão de viver hoje. [...] o trabalho me faz eu conhecer pessoas, fazer amizades e um conhecimento a mais de mim (participante 20, mulher, 55 anos, diarista)

Condições de trabalho

O terceiro tema integra 20,19% dos recortes textuais e alude a 4 elementos temáticos (riscos à integridade física; quebra de contrato verbal; percepção de ausência de direitos; condição de clandestinidade). Em resumo, condiz com aspectos que implicam no estado de vulnerabilidade do trabalhador, como variáveis relativas à saúde física, condições de contratualidade e impactos nos direitos sociais e trabalhistas.

Embora os riscos de acidente de trabalho não tenham sido relevantes do ponto de vista quantitativo, o elemento revelou uma relação de proximidade com o fenômeno de alienação, visto que de acordo com o pensamento social o trabalhador se encontraria responsável pela situação de risco ao qual é submetido, dado este que corrobora com outras pesquisas. Na presente pesquisa, o número inferior de ocorrências pode estar associado à própria caracterização da amostra.

Quanto ao estabelecimento do vínculo trabalhista, a ausência de documentação vigente e regulamentadora seria responsável por potencializar o descumprimento do acordo estabelecido entre contratado e contratante, principalmente em relação à efetuação de pagamentos. A informalidade seria caracterizada pela flexibilização de contratos e modos de subcontratação. Para ilustrar, segue o trecho de fala do participante.

já, já trabalhei numa empresa por um ano e meio. Eles ficaram com a minha carteira de trabalho e eu nunca fui fichada, e só fui descobrir quando eu saí (participante 18, mulher, 28 anos, comerciante).

Referente ao conhecimento acerca dos direitos sociais e trabalhistas, o centro das narrativas estabeleceu como imagem a carteira de trabalho onde, em sua privação, os trabalhadores encontravam-se subjugados a jornadas excessivas de trabalho, prejuízos na obtenção de renda e seguridade social, relativo ao décimo terceiro salário, folga, sindicato e aposentadoria. Paralelamente o discurso dos participantes despontou para condições de clandestinidade, na qual o conteúdo acerca da informalidade e rotina laboral remonta ao exercício secreto do trabalho, alheio à vigilância social, do Estado ou institucional, sendo também um suposto estrangeiro à lógica capitalista. Conforme ilustrado pela participante:

Eu vendo jogo – trimania – mas clandestino eu vendo creme, brinquedo, se chegar alguém eu tenho que tirar tudo, o jogo pode, se colocar alguma coisa do Paraguai aqui eles [a polícia] já vêm e tiram tudo, radinho, coisinha para criança, aqueles bonequinhos, essas coisas assim, aí eles já vêm e tiram tudo entendeu? (participante 03, mulher, 54 anos, vendedora ambulante).

Reúne perspectivas semelhantes à ideia de divisão social de classes, visto que os participantes identificaram a atualização de relações de poder na informalidade, que ocorre por meio da fragmentação dos vínculos trabalhistas e condições de exclusão e precariedade. A perspectiva de assimetria exprime que, apesar da ausência de contratualidade, a figura de um contratante adquire novas e velhas facetas enquanto detentor de poder e direitos sociais.

Desvalorização do trabalhador

O quarto tema contempla 2 elementos temáticos (alienação; estigma e estereótipo). Corresponde a 21,61% dos recortes textuais e se encontra relacionado à ausência de consciência do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, assim como à depreciação da informalidade e dos trabalhadores. Portanto, ocorreu a representação do trabalho enquanto objeto sem sentido próprio e sem apropriação do produto, venda da força de trabalho ou meios de produção, em uma frequente condição de negação compulsória do ócio. A alienação condiz com a perspectiva de uma suposta simetria com o trabalhador informal e contratante, implicando na naturalização da desigualdade social e precarização. O trecho a seguir ilustra a categoria,

meu sobrenome é trabalho e serviço, eu preciso do trabalho e eu preciso do serviço e um dia eu sei que vou ter que partir, então se eu parti trabalhando pra mim é orgulho (participante 20, mulher, 55 anos, diarista)

Curiosamente houve uma espécie de diferenciação conceitual entre trabalho e serviço. O trabalho significaria o preenchimento de vagas em cargos respeitados socialmente que, sendo bem definidos e delimitados, estariam desapropriados de funções operacionais e fadados a uma falsa produtividade, de outro lado, o serviço refere-se à aplicação bruta da força de trabalho. A dicotomia surgiu de modo mais característico nas participantes diaristas. Os participantes também exprimiram dificuldade de conceitualização de si mesmos em função do imaginário social acerca do trabalhador informal.

Neste contexto em que o tratamento da moral é predominante, o trabalhador por conta própria estaria nivelado abaixo de outros trabalhadores em detrimento da flexibilidade de horários e oscilação do

tempo produtivo, aspectos estes que não envolveriam o mesmo nível de comprometimento que a formalidade. O trabalho surgiu como única condição geradora de identidade, mas que é transponível: o abandono, afastamento ou diminuição da jornada de trabalho poderia implicar na desqualificação do indivíduo. Conforme narra a participante:

Acham que são tudo uma tropa de vadio. É muita humilhação, tem gente que gosta, mas tem gente que humilha né. Já passei bastante humilhação assim (participante 03, mulher, 54 anos, vendedora ambulante).

Motivos para o exercício do trabalho informal

O quinto e último tema contempla 6 elementos temáticos (desemprego estrutural; sobrevivência; legado familiar; flexibilidade; fazer o que gosta; estereótipo de feminilidade), representa 33,01% dos recortes textuais e, em síntese, significa o movimento de ruptura para com o campo formal de trabalho em razão de variáveis ambientais e pessoais, assegurando a inserção e permanência na informalidade. Desemprego estrutural reúne tanto aspectos negativos e concernentes à trajetória de trabalho dos participantes, destacando relações de trabalho com normas rígidas e autoritárias, falta de planejamento de carreira, desgaste físico, experiências de humilhação e violação de direitos. Assim como aspectos socioeconômicos que impediram ou dificultaram o rompimento com o desemprego ou o acesso ao vínculo formal de trabalho, situando as variáveis faixa etária, gênero e filhos dependentes.

Sobrevivência conecta estritamente a noção de ingresso ao trabalho informal à manutenção da sobrevivência por meio do suprimento de necessidades básicas ou então como estratégia de complementação da renda. Em complementaridade, legado familiar remete à continuidade cíclica dos vínculos de trabalho e funções atribuídas como constituintes da cultura familiar. Abaixo o trecho de fala ilustrativo:

Eu nunca vi meu pai e nem minha mãe trabalhar pra alguém de carteira assinada. Sempre vendendo algo, colocando lojinha de algo para trabalhar para si. (participante 05, homem, 32 anos, artesão e educador)

O elemento temático flexibilidade se refere a possibilidade de redefinir os horários de trabalho constantemente, sensação de liberdade, ressignificar afetos com colegas de trabalho ou com a figura do contratante em virtude desta relação não ser regida sob preceitos legais e hierárquicos. Se em outros contextos a ausência de contratualidade é concebida como distanciamento dos direitos trabalhistas, aqui é percebida como uma maior flexibilidade que viabiliza a diminuição de burocracias documentais desnecessárias. Afinidade laboral está associada à possibilidade de definir quais serviços serão prestados, considerando o ritmo, nível de produtividade e modos de operatividade almejados na execução do próprio trabalho. Conforme indicado pelo participante:

Não depender de ninguém. Trabalhar a hora que quiser. Produzir em casa o que eu quero e a hora que eu quero. Ser uma pessoa livre. (participante 05, homem, 32 anos, artesão e educador)

Por sua vez, *mulheres na informalidade* compreende a informalidade como campo de trabalho possível às mulheres que, em meio a condições mais acessíveis de entrada e permanência no mercado, conseguiriam romper com a socialização do cuidado centralizado na figura do marido e dos filhos. O trabalho representa, portanto, a possibilidade de suspensão de uma pressão normativa estética em torno do corpo e vestimentas a fim de que a realização laboral e dos serviços sejam valorizados anteriormente ao próprio corpo. Concomitantemente, a informalidade também é constituída como possibilidade de enfrentamento à lógica do trabalho como lugar socialmente proibido às mulheres. Conforme trecho ilustrativo:

Trabalho pra mim é tudo na minha vida, é o significado que te digo, é tudo pra mim. Tudo. Eu não preciso ter marido, não preciso ter filho, não preciso ter nada, só preciso ter trabalho. (participante 20, mulher, 55 anos, diarista).

4. Discussão

Ao estudar as representações sociais do trabalho informal, as conversações não tiveram como base meramente a constatação sobre o que é o que não é experiência informal, mas também a denúncia de processos históricos e conotações sociopolíticas que configuram os movimentos de significação da informalidade (Bendassolli e Coelho-lima, 2015). Assim, o primeiro tema, *dificuldades do trabalho informal*, comunica um processo de atribuição de variáveis que vai ao encontro da teoria de atribuição de causas de Heider (1958). O processo de atribuição surgiria da necessidade de o sujeito encontrar explicações no próprio senso comum que possibilitem prever e controlar resultados de fenômenos. Nesta lógica, ao identificarem as dificuldades decorrentes da modalidade de trabalho, estariam reduzindo a imprevisibilidade e estados de insegurança da informalidade.

O estado de insegurança econômica remete a alguns dados explorados na pesquisa de Torres *et al.* (2018), que contou com a participação de 10 trabalhadores do setor informal. A rotina de trabalho foi caracterizada como oscilante e, enquanto estratégia de enfrentamento aos aspectos negativos da atividade, os participantes consideraram necessário o comprometimento com longas e exaustivas jornadas de trabalho como compensação pela inexistência de renda mensal fixa, podendo utilizar até mesmo de permuta de mercadorias ou serviços como pagamento. A aparente flexibilidade, contribui para a inserção e continuidade de um ciclo constante de excesso de trabalho, que se encontra associado ao medo de não se beneficiar das diferentes oportunidades de venda de um produto ou serviço, caso não estejam trabalhando (Macedo *et al.*, 2019).

O acesso ao mundo do trabalho propicia um senso de pertencimento social. Para além da sociabilidade, a remuneração garante qualitativamente um status de consumidor e uma resposta às necessidades básicas de sobrevivência material. Gomes (2017) argumenta que há uma centralidade do trabalho, resultante do processo histórico capitalista, que subjuga as demais esferas da vida e instaura o trabalho como elemento central de mediação social. Se, para a referida autora o trabalho (assalariado) constitui a identidade psíquica da classe trabalhadora, para os participantes da pesquisa de Torres *et al.* (2018), mesmo o trabalho informal é percebido como atividade inerente ao homem, na qual a representação social hegemônica é o vínculo entre dinheiro, dignidade e trabalho.

O trabalho como mecanismo de *valorização pessoal e manutenção da saúde mental* reverbera com a pesquisa de Gomes (2017), que contou com 17 participantes vinculados a projetos de inserção de pessoas com transtorno mental no mercado formal de trabalho. Neste sentido, o trabalho viabiliza o estabelecimento de novas relações, introduzindo os sujeitos no campo da produtividade, capacidade e normalidade.

Nota-se que a associação socialmente estabelecida entre trabalho, produtividade e normalidade, por um lado, e ociosidade, preguiça e inutilidade, por outro, foi fundamental no processo que forjou o estigma social das pessoas com transtorno mental, caracterizado essencialmente pelas ideias de periculosidade, irracionalidade e improdutividade. Todas essas ideias estavam ligadas ao capitalismo e às sociedades cindidas em classes, ao caráter estranhado da sociedade: “por não dominar completamente a razão, o louco é perigoso, violento e inútil ao processo de produção capitalista” (Gomes, 2017: 214).

Ou seja, de acordo com o pensamento social, o trabalho aparenta constituir uma forma de “terapia ocupacional” no combate ao ócio que produziria a doença. Paralelamente, é possível perceber que o trabalho enquanto reintegração, tratamento da moral e suposta finalidade terapêutica e de humanização do homem esteve historicamente vinculado aos dispositivos institucionais da psiquiatria às estratégias de inserção no mercado formal (Andrade e Costa-Rosa, 2014). A informalidade, ao passo que flexibiliza a entrada e permanência no trabalho, principalmente para populações marginalizadas, também reitera processos específicos de manutenção da saúde mental, que aparentemente se vinculam com maior prevalência ao elemento temático *alienação*, tendo em vista que o trabalho informal é comumente associado ao não trabalho (Oliveira e Iriart, 2008; Gomes, 2017) ou trabalho indigno.

Contudo, quando correlacionada à *flexibilidade* a informalidade oportuniza a ampliação de vínculos, que se desenvolvem em um campo de trabalho menos normativo. Em ressonância, o estudo de Macedo *et al.* (2019) evidenciou que o ambiente de trabalho informal fomenta uma maior proximidade com pares, privilegiando relações solidárias, provavelmente em função do trabalho não ser regido contratualmente por metas e condutas.

O capitalismo implica em mudanças estruturais na produção e no mercado de trabalho, bem como institucionais, corroborando na modificação das relações sociais e jurídicas (Cacciamali, 2001). Em meio a

um conjunto de fenômenos econômicos e sociais que envolvem o mercado de trabalho informal na América Latina, a pesquisadora distingue alguns aspectos:

- i) maiores taxas de desemprego; ii) intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho;
- iii) novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada; iv) práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; v) contratos não registrados verbais acordados à margem das leis trabalhistas; vi) expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho; e vii) trabalhos por conta própria (Cacciamali, 2001: 6-7).

Neste sentido, o tema *condições de trabalho* evidencia relações de trabalho precarizadas em função da desregulação do vínculo empregatício, implicando em estados de vulnerabilidade, desproteção social e embasando a ocorrência de contratos verbais acordados à margem da vigilância social. Os resultados são semelhantes à pesquisa de Iriart *et al.* (2008), que incluiu a participação de 9 empregadas em serviços domésticos e 8 operários da construção civil, revelando que a carteira de trabalho está associada à segurança, renda estável e assistência quanto aos riscos e acidentes de trabalho. A percepção do risco de acidente de trabalho é diminuída nas modalidades informais de trabalho, favorecendo o retorno antecipado ao labor e, por conseguinte, a garantia de continuidade da remuneração.

Destarte, o acidente é compreendido sob uma ótica fatalista e de culpabilização, remetendo à desatenção do próprio trabalhador, implicando numa dupla vitimização destes sujeitos (Iriart *et al.*, 2008; Macedo *et al.*, 2019). Conforme analisa Cavaleer *et al.* (2020), o fatalismo é resultado do processo de desqualificação social do qual as pessoas pobres são compulsoriamente submetidas, e implica numa construção subjetiva da realidade que vela as estruturas que regem a desigualdade social, favorecendo assim condições de conformismo, naturalização e auto culpabilização.

A ausência de contratualidade e de um trabalho regulamentado influencia no reconhecimento da cidadania (Iriart *et al.*, 2008; Oliveira e Iriart, 2008). Portanto, quando o trabalho informal adquire tom de não trabalho ou trabalho indigno de acordo com o imaginário social, a narrativa dos sujeitos se desloca para a apreensão de um trabalho inútil e sem valor, calcado pela vergonha e estigmatização.

Paralelamente o discurso dos participantes despontou para condições de clandestinidade, na qual o conteúdo acerca da informalidade e rotina laboral remonta ao exercício secreto do trabalho, alheio à vigilância social, do Estado ou institucional, sendo também um suposto estrangeiro à lógica capitalista. É possível sugerir que a correlação entre o objeto trabalho informal e o objeto clandestinidade, que manifesta aspectos de ilegalidade e periculosidade, parece ocorrer por meio do que Abric (2003) constatou como relações de encaixe ou *enclosed representations*.

Relações de encaixe estabelecem a dependência de um objeto em relação a outro, processo este que ocorre por meio de elementos normativos no qual o elemento central de um objeto esbarra na periferia de um segundo objeto. Neste sentido, a figura do trabalhador no imaginário social adotaria características da representação de clandestinidade ou pobreza, que por sua vez hierarquiza sujeitos sob a forma de "bandidos" ou "vagabundos".

Em ressonância com a pesquisa de Accorsi e Scarparo (2019), que contou com 26 mulheres beneficiárias em programas de erradicação da pobreza, as representações sociais da pobreza se dividem em duas dimensões: aspectos socioeconômicos e aspectos morais. Enquanto o primeiro corresponderia ao desemprego e estigmatização, o segundo estaria associado aos valores tradicionais, moral religiosa e o comprometimento individual de ser uma pessoa simples e boa. Deste modo, a narrativa das mulheres se dirigiu a uma construção de que o trabalho árduo é ao mesmo tempo produtor de dignidade e estratégia de evitação da violência e criminalidade.

Na literatura científica, as apreensões acerca da carteira de trabalho adquirem diferentes níveis de relevância. A percepção de ausência de direitos também é evidenciada pela pesquisa de Gondim *et al.* (2006), indicando que o item adentra como motivo de insatisfação e fomenta uma relação de ambiguidade para com a informalidade. Segundo Oliveira e Iriart (2008), para determinados segmentos profissionais e perfis psicossociais há um processo de naturalização do trabalho sem carteira. Em complementaridade, Iriart *et al.* (2008) argumenta que a carteira de trabalho é significativa na perspectiva de valoração pessoal, na qual a desproteção social centraliza as narrativas dos sujeitos e que muitos trabalhadores são social e estruturalmente coagidos ao trabalho sem carteira. Para Gómez (2011), a carteira de trabalho é predominantemente destacada sob a forma de insegurança social e se manifesta em contextos ligados à visão de futuro.

A carteira de trabalho objetiva a representação social do trabalho informal, revelando a qualidade icônica da ideia (Moscovici, 2003) e incidindo na conceitualização de um trabalho à margem dos direitos trabalhistas. Concomitantemente, mistura-se à noção generalista de que algumas pessoas são detentoras de direitos e outras não.

De acordo com Dias (2020), que se propôs a explicar as contribuições de Martin-Baró à psicologia social, os processos de alienação se dão em meio a divisão de classes, no qual a classe dominante tem imposto seu poder a fim de garantir a manutenção da ordem social. De fundamental importância, a alienação no povo latino-americano tem seus arranjos no subdesenvolvimento, relações de dependência e opressão. A própria narrativa dos sujeitos da pesquisa, que sinaliza a classificação social do trabalhador informal como vagabundo ou vadio vai ao encontro da leitura de Dias (2020) a despeito da imagem do latino indolente, que corresponderia a um suposto indígena ocioso e preguiçoso.

A alienação pode ser dividida ou encarada sob quatro processos (Franco, 2011). O primeiro compreende o trabalho destituído de sua arte, quando o valor existencial ou ético constituídos por meio do trabalho são convertidos diretamente em valor para o capital. Há também o trabalho dominado, que define a imposição de um modo específico de trabalhar e suas condutas, difundidas por meio do que atualmente denominamos como práticas participativas ou a flexibilização do trabalho. O terceiro processo se refere à perda da razão social, no qual ocorre uma cisão entre os aspectos individuais e sociais do trabalho e, por fim, o desenraizamento ou não pertencimento social do ser humano.

O ensaio teórico de Franco (2011) é útil para a presente discussão porque além de conceitualizar o trabalho alienado, viabiliza analisá-lo em diferentes campos e momentos. É de suma importância dizer que o processo de alienação não é homogêneo, ele se dá em diferentes categorias e níveis no discurso dos grupos e sujeitos sociais. Isto posto, entende-se que o capital busca sua legitimação a partir da construção de relações flexíveis de trabalho como apreciadoras da subjetividade do trabalhador e, portanto, apresenta um campo estrategicamente sedutor de uma suposta autonomia e independência (Tavares, 2015). Nesta lógica onde as contradições justapostas à informalidade são obscurecidas, velam-se relações de dominação e exploração, condições de precariedade, desassalariamento, contagem do tempo de trabalho e obrigação vital quanto aos resultados e lucros, desarticulando as possibilidades de autonomia e coletividade dos trabalhadores (Dias, 2020).

A pesquisa de Oliveira *et al.* (2012), que retratou as representações sociais de catadores de lixo em um grupo com 10 participantes é um dos poucos estudos na literatura científica que evidencia com especificidade os estereótipos e estigmas vivenciados por esta categoria de trabalhadores informais. Os resultados exprimem um conjunto de discursos sociais que captam práticas discriminatórias e segregacionistas, indicando a relevância do nojo, da vergonha, da pobreza e desemprego como elementos que legitimam a exclusão. Por conseguinte, 90% dos participantes terceirizaram a responsabilidade de mudança de vida nas figuras de Deus e/ou Estado.

Neste sentido, o trabalho alienado parece ser inseparável das experiências de estereótipo e estigma social, tendo em vista que o objeto trabalho foi construído pelos participantes como condição única de elaboração identitária e que, na informalidade, passa a ser um construto transponível e condicional. Ou seja, para ser reconhecido socialmente enquanto trabalhador na informalidade e escapar dos estigmas e estereótipos, é necessário exaustivas jornadas de trabalho, abdicação das demais esferas da vida e uma espécie de aplicação de força bruta no serviço. Jodelet (2001) argumenta que o direito à particularidade e diferenciação seria viável somente para os grupos dominantes, enquanto que "os grupos dominados manifestariam uma tendência a uma homogeneização e a definição da identidade social, fundando-se em características atribuídas a seu grupo" (Jodelet, 2001:61).

A questão do *trabalho intergeracional* apareceu como um retorno à infância que não é necessariamente um processo nostálgico, tendo em vista que revela aspectos de um trabalho indesejado, doloroso e forçado. A pesquisa de Torres *et al.* (2018) apresentou resultados semelhantes, tendo em vista que todos os 10 participantes da amostra foram iniciados desde a infância ou adolescência no mundo do trabalho pela família, relações essas demarcadas pela informalidade. Neste sentido, o trabalho informal é primeiramente percebido como estratégia temporária ou resposta frente ao desemprego ou pobreza. Para Iriart *et al.* (2008), os baixos índices de escolaridade e o próprio medo do desemprego são variáveis importantes na adesão e naturalização do trabalho informal.

Nesse cenário, seja para os trabalhadores, seja para seus filhos, a informalidade se configura como uma saída diante das dificuldades presentes no mercado formal, como a crise financeira, o desemprego, os baixos salários, a rigidez da rotina de trabalho e as poucas possibilidades criativas. O trabalho informal, figura então, como uma atividade que permite maior controle sobre o modo de operá-la (Torres *et al.*, 2018:36).

Deve-se reconhecer que a informalidade abarca aspectos positivos, que em grande medida coexistem com condições de precarização, subalternidade e trabalho alienado, mas que também podem ser fundados na autonomia e potencialidade criativa dos sujeitos. O estudo de Torres *et al.* (2018) é preciso ao evidenciar que a menor parcela dos seus resultados indicou a importância da especialização para estes trabalhadores, que em meio a experiência informal passam a considerar e mobilizar esforços a fim de aprender outro idioma, novas competências e aumentar a qualidade do serviço. Contudo, os próprios autores reafirmam algumas lacunas de pesquisa quanto à face identitária do trabalho e consciência em relação às suas condições precárias.

A valorização da flexibilidade como possibilidade de definir os horários de trabalho, não ter patrão e idealizar o crescimento gradual de um negócio é marcante na narrativa dos trabalhadores por conta própria, mesmo que a rentabilidade dificilmente dê conta para além das despesas básicas (Carvalho *et al.*, 2020). A pesquisa também destaca um ponto importante sobre a rentabilidade, na qual a sensação de lucro às vezes pode estar associada a um ambiente de trabalho com menor pressão e na qual a obtenção de renda é diretamente observável durante a venda da mercadoria ou serviço.

A produção da feminilidade se dá também no mundo do trabalho. Os reflexos do que Joan Scott (1995), chamou de mulher vitoriana, a mulher dedicada aos afazeres doméstico e passividade, chegaram também ao mercado de trabalho. Há um ideal de feminilidade no mundo do trabalho que se forma a partir de uma lógica de continuidade do que se espera da mulher no lar. Estar na informalidade é, portanto, uma maneira encontrada pelas participantes de subverter esse estereótipo historicamente esperado para mulher, colocando o produto do trabalho em uma hierarquia superior ao ideal de feminilidade.

Apesar de todos os avanços alcançados pelos movimentos de mulheres, a maternidade como prejudicial à trabalhadora é compartilhada em diversos estudos e também apareceu como dado nesta pesquisa. Atribui-se a maior participação feminina no mercado (formal) de trabalho justamente ao controle da natalidade, que se deu com a popularização das pílulas anticoncepcionais (Spindola e Santos, 2003). Contudo, embora os direitos ligados à licença maternidade representem um ganho legislativo para as mulheres, podem ser também um importante obstáculo (por parte dos patrões) para que essas ingressem no mercado de trabalho (Carvalho *et al.*, 2006).

5. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar os sentidos da informalidade para, e a partir deles, reconhecer as representações sociais sobre o trabalho informal. A utilização de entrevistas semiestruturadas e o emprego de técnicas de entrevista episódica e não-diretiva foram importantes na medida em que mobilizaram conteúdos relacionados à entrada e permanência no setor informal de trabalho, bem como na suposição que os exogrupos fariam a respeito da informalidade, seus modos de trabalho e trabalhadores. Ademais, a imersão nos dados, processo necessário à análise de conteúdo, evidenciou um conjunto de maiores contradições e teorias coletivas, possibilitando reconhecer a representação social da informalidade não somente em seus aspectos funcionais, mas sobretudo normativos.

Em meio ao processo de ancoragem o trabalho informal é respaldado na lógica capitalista e na centralidade do trabalho perante outras dimensões da vida que, enquanto lógicas dominantes, contribuem para a organização dos trabalhadores e seus modos de trabalho segundo um sistema de classificações. Nesse sentido, ao pressupor a informalidade como modalidade menos legítima e inferior, o pensamento social dos participantes da pesquisa prontamente ancora o trabalho informal ao trabalho clandestino, indigno e proibido, contribuindo para a associação de determinadas pessoas e fatos sociais com ideias ou classes.

Os resultados apontaram que o pensamento social dos participantes comumente recorre à estrutura formal de trabalho para explicação e embasamento da informalidade. As comparações, sendo contraditórias por natureza, ora posicionam o trabalho formal como valorativamente melhor que o informal, em razão de

sua proteção social e reconhecimento social, ora enfatizam a informalidade como mais vantajosa do que a formalidade, enfatizando a autonomia, a flexibilidade, maiores rendimentos financeiros e os vínculos afetivos. Contudo, é importante salientar que a literatura científica, assim como as próprias experiências dos participantes, contrapõem os supostos aspectos positivos da informalidade, tendo em vista que a “flexibilidade” destacada pelos trabalhadores com frequência incide em maiores jornadas de trabalho, e que a “maior possibilidade de diálogo com o patrão” revela relações de dominação.

Essa comparação parece indicar um processo de alienação e naturalização das desigualdades sociais, evidenciadas principalmente por uma falsa simetria entre trabalhadores informais e empresários. Trata-se de um fenômeno social que ancora a informalidade em torno de políticas neoliberais, tendo como efeitos a individualização dos sucessos, fracassos e responsabilidades. Desse modo, o pensamento social, ao destacar a crença no empreendedorismo individual e na solução ao desemprego, contribui para a minimização dos aspectos negativos do trabalho informal, como a precarização do trabalho, a diminuição da proteção social, a continuidade do ciclo intergeracional da pobreza e a manutenção das relações de poder.

O trabalho está atrelado à dimensão da dignidade humana e saúde mental, viabilizando o status social e a valorização pessoal. Quando as políticas de emprego neoliberais romantizam o trabalho excessivo, o suposto empreendedorismo informal, as terceirizações em massa e o consequente aumento do desemprego, há também uma reconfiguração subjetiva que faz com que os sujeitos se vejam compelidos a adentrar na lógica informal devido as mudanças percebidas no mercado de trabalho.

Os resultados deste estudo permitiram conhecer e ampliar as discussões sobre sentidos e significados da informalidade e, assim, reconhecer as representações sociais de trabalho por um grupo de trabalhadores informais. Salientamos a necessidade de novas pesquisas que abordem a temática e apontamos como sugestões estudos comparativos entre grupos sociais, considerando as variáveis de gênero, raça e classe a fim de aprofundar a discussão teórica no que se refere às formas de pertença social dos indivíduos. Outra questão importante é o desenvolvimento de pesquisas que investiguem especificamente os aspectos positivos da informalidade, tendo em vista a valorização do conhecimento de senso comum e as ações dos indivíduos e seus grupos sociais.

Referências bibliográficas

- Abriç, J. C. (2003): “Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes”, em Campos, P. H. e Loureiro, M. C.: *Representações sociais e práticas educativas*: 37-57. Goiânia: UCG.
- Accorsi, A. e Scarparo, H. (2019): “Social representations of poverty”, em Ximenes, V. M., Moura Jr, J. F., Cidade, E. C., Nepomuceno, B. B: *Psychosocial implications of poverty: diversities and resistances*: 17-35. Springer.
- Andrade, M. C. e Costa-Rosa, A. (2014): “O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história”, *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7 (1): 27-41. Disponível na web: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a04.pdf>
- Bardin, L. (2011): *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições.
- Bendassolli, P. e Coelho-Lima, F. (2015): “Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação”, *Psicologia & Sociedade*, 27 (2): 383-393. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p383>
- Bernardino, D. C. e Andrade, M. (2015): “O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: uma revisão integrativa”, *Revista de Enfermagem Referência*, 7: 149-158. <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14049>
- Cacciamali, M. C. (2001): “Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México”, *Pesquisa & Debate*, 12 (1): 5-49. Disponível na web: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/12004>
- Carvalho, R. G., Maciel, R. G., Matos, T. G. e Aquino, C. A. (2020): “Vivências de trabalho na informalidade: um estudo com feirantes de roupas na cidade de Fortaleza-CE”, *Psico*, 51 (2): 1-12. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.2.33744>
- Carvalho, S. S., Firpo, S. e Gonzaga, G. (2006): “Os efeitos do aumento da licença-maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil*”, *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, 36 (3): 489-524. Disponível na web: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3795/1/PPE_v36_n03_Efeitos.pdf
- Cavaler, C., Vitali, M. M., Leandro, M., Quadrso, L. F., Castro, A. e Soratto, J. (2020): “Representações sociais de ‘pobreza’ e ‘bolsa família’ para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda”, *Barbarói*, 57: 119-140. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14975>
- Dias, M. S. (2020): “O legado de Martin-Baró: a questão da consciência latino-americana”, *Revista Psicología para América Latina*, 33: 11-22. Disponível na web: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n33/a03n33.pdf>

- Filipak, A., Stefanello, S., Okada, J. M., Hunzicker, M. H. e Santos D. V. (2020): "O motor é a gente mesmo: cuidado em saúde dos trabalhadores da reciclagem", *Interface (Botucatu)*, 24 (Supl. 1): 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.190472>
- Flick, U. (2004): *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed: Porto Alegre.
- Franco, T. (2011): "Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza", *Caderno CRH*, 24 (1): 171-191. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400012>
- Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. (2009): *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Plageder.
- Gomes, T. M. (2017): "Apontamentos sobre a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal", *Revista em Pauta*, 9 (16): 107-124. <https://doi.org/10.12957/rep.2017.30383>
- Gómez, M. C. (2011): "Significados asociados al futuro laboral: entre la informalidad y la informalidad", *Pensamiento Psicológico*, 9 (16): 107-124.
- Gondim, S. M., Feitosa, G. N., Santos, I. C. Sá, M. O. e Bonfim, M. C. (2006): "Carteira de Trabalho, artigo de luxo. O perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia", *Estudos de Psicologia*, 11 (1): 53-64. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000100007>
- Heider, F. A. (1958): *Psicologia das relações interpessoais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Iriart, J. A., Oliveira, R. P., Xavier, S. S., Costa, A. M., Araújo, G. R. e Santana, V. S. (2008): "Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil", *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (1): 165-174. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100021>
- Jakobsen, K. (2001): *A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Jodelet, D. (2001): *Representações Sociais: Um domínio em Expansão*. Paris, França: PUF.
- Leão, L. H. e Vasconcellos, L. C. (2015): "Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente", *Saúde e Sociedade*, 24 (4): 1232-1243. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015136460>
- Macedo, A. R., Costa, F. T. e Justo, J. S (2019): "O mototaxista no mundo do trabalho: precarização, desemprego e informalidade", *Revista Subjetividades*, 19 (1): 1-15. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i1.e7257>
- Moscovici, S. (2003): *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, J. A., Fernandes, S. C., e Almeida, S. S. (2012): "Análise das representações sociais de catadores de lixo de Sergipe acerca de sua realidade social", *Psico*, 43 (1): 55-68. Disponível na web: <https://bit.ly/3Dvp09J>
- Oliveira, R. P. e Iriart, J. A. (2008): "Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil", *Psicologia em Estudo*, 13 (3): 437-445. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000300004>
- Organização Internacional do Trabalho (2018): *Women and men in the informal economy: a statistical picture*. Geneva: ILO. Disponível na web: <https://bit.ly/3ms2CHa>
- Scott, J. (1995): "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação e realidade*, 2 (20): 71-99. Disponível na web: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Singer, P. (2001): "Economia solidária versus economia capitalista", *Sociedade e estado*, 16 (1-2): 100-112. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>
- Spindola, T. e Santos, R. S. (2003): "Mulher e trabalho: uma história de vida com mães trabalhadoras de enfermagem", *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11 (5): 593-600. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000500005>
- Tavares, M. A. (2015): "O trabalho informal e sua suposta autonomia: uma modalidade flexível de exploração", *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 1 (1): 39-58. Disponível na web: <https://bit.ly/3ms7ETZ>
- Torres, T. L., Bendassolli, P. F., Coelho-Lima, F., Paulino, D. S., Fernandes, A.P (2018): "Representações sociais do trabalho informal para trabalhadores por conta própria", *Revista Subjetividades*, 18 (3): 26-38.
- Vala, J. (2013): "Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano", em Vala, J. e Monteiro, M. B.: *Psicologia social*: 457-502. Lisboa, LX: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wachelke, J. F. e Camargo, B.V. (2007): "Representações sociais, representações individuais e comportamento", *Interamerican Journal of Psychology*, 41 (3): 379-390. Disponível na web: <https://bit.ly/3FmWFDV>

Breve CV dos autores:

Vinicius Silva de Valentim é Graduando em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Bolsista de iniciação científica (PIBIC/UNESC).

Camila Maffioletti Cavaler é Bacharel em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda em psicologia pela mesma universidade. Membro do núcleo de pesquisa Margens: modos de vida, família e relações de gênero (UFSC). Pesquisa sobre processos discursivos de masculinidades e sua relação com feminicídio no estado de Santa Catarina, Brasil.

Amanda Castro é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração: Psicologia social e cultura, Linha de pesquisa: Representações e práticas sociais. Mestre em Psicologia- UFSC. Psicodramatista formada pela escola Viver Psicologia Psicodrama. Especialista em Psicodrama pelo Centro Universitário Amparense - Unifia. Didata e Supervisora em Psicodrama. Especialista em Psicologia do desenvolvimento pela Universidade de Araraquara - UNIARA.

Willians Cassiano Longe é Doutor em ciências da saúde pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestre em engenharia de produção - ergonomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Gestão Administrativa e Processos Organizacionais na Educação Superior e saúde coletiva. Graduado em fisioterapia pela PUC-PR e Ciências biológicas pelo Instituto Brasileiro de Formação - IBF. Linha de pesquisa Promoção da Saúde e Integralidade do Cuidado.